



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO (SANEP)  
MUNICÍPIO DE PELOTAS - RS**

Concorrência nº 02/2017

**CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.030.942/0001-85, com sede na Av. Orlando Vedovello, n. 2142, Parque da Represa, Paulínia/SP, vem, respeitosamente, por intermédio de seu representante legal abaixo subscrito (atos constitutivos e instrumentos procuratórios já encartados ao processo epígrafado), interpor o presente

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão proferida na fase de habilitação da Concorrência n.º 02/2017, que declarou inabilitada a licitante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A., o que faz nos termos do art. 109, inc. I, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.666/1993, com base nos fatos e fundamentos a seguir deduzidos.

**I. TEMPESTIVIDADE:**

No tocante ao prazo para interposição de recurso administrativo, o artigo 109, inciso I, alínea “a” da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê o seguinte:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:



I – recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:  
(a) Habilitação ou inabilitação do licitante;  
(...)”

A ora recorrente foi notificada da decisão de sua inabilitação do presente certame no dia 12 de abril de 2018, data a partir do qual passou a transcorrer o prazo de 05 dias úteis para apresentação das razões de recurso pelas licitantes.

Tem-se, portanto, que o prazo para interposição de recurso em face do ato de inabilitação da licitante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. encerra-se em 18 de abril de 2018, restando certo que, protocolizado até esta data, indiscutível sua tempestividade e sua adequação, ficando, desde já, impugnadas quaisquer alegações em contrário.

## II. SÍNTESE FÁTICA:

Trata-se de processo licitatório, Concorrência nº 02/2017, do tipo *menor preço*, instaurada pelo Município de Pelotas, tendo por objeto a contratação dos serviços de: A) execução dos serviços de coleta urbana, rural e transporte de resíduos sólidos domésticos do Município de Pelotas, até o destino final; B) execução dos serviços de coleta containerizada e transporte de resíduos sólidos domésticos, no perímetro urbano da cidade de Pelotas, até o destino final; C) execução dos serviços de coleta seletiva e transporte de resíduos recicláveis até o local indicado pelo Sanep; D) execução dos serviços de coleta urbana, rural e tratamento de resíduos de serviços de saúde (RSS), produzidos pelos postos de saúde e estabelecimentos geradores de RSS gerenciados pelo Município de Pelotas e, após, sua respectiva disposição final.

Diante das condições do ato convocatório, a CAVO decidiu participar do certame licitatório instaurado pelo Município de Pelotas, **por se tratar de empresa do setor de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos com larga e indiscutível experiência técnica, mantendo contratos administrativos com municípios de médio e grande porte, como São Paulo-SP e Curitiba-PR, entre outros.**

Na data de 19 de fevereiro de 2018, foi divulgada, em um primeiro momento, a decisão de habilitação das licitantes, tendo sido consideradas habilitadas as empresas **CAVO Serviços e Saneamento S/A**, C.S Brasil, Litucera, Mecanicapina, Onze, T.O.S. e URBAN.



Todavia, após reexame de ofício da aludida decisão por parte da Comissão de Licitações, não obstante o atendimento de todas as exigências legais e editalícias, a CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. foi surpreendida pela decisão administrativa de sua inabilitação, sob o fundamento de não ter apresentado o balanço patrimonial com Demonstrações de Resultado Abrangente (DRA).

Como adiante se demonstrará, pormenorizadamente, os atos praticados pela Comissão Especial de Licitação que resultou na inabilitação da ora recorrente CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. estão, com a devida *venia*, eivados de ilegalidade, devendo ser prontamente revistos, sob pena de nulidade do certame licitatório, por violação às normas ditadas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos e demais legislação aplicável à matéria.

### III. RAZÕES RECURSAIS: DA INDISCUTÍVEL HABILITAÇÃO E CUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL PELA LICITANTE CAVO

Como dito, a licitante URBAN alega que a CAVO apresentou balanço financeiro com DRA, DLPA e DMPL “completamente ilegíveis”. E, nesse sentido, a Comissão Especial de Licitação acatou o fundamento recursal da URBAN e declarou a inabilitação da recorrente em razão de não ter apresentado o balanço patrimonial com Demonstrações de Resultado Abrangente (DRA).

Ora, repise-se que a CAVO apresentou, às fls. 70-80, balanço patrimonial publicado em Diário Oficial (06/05/2017), devidamente auditado registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), conforme se verifica às fls 71-72.

Além disso, foi juntado o Extrato de Publicação em Diário de Grande Circulação (Empresas & Negócios) em 10/05/2017, também devidamente auditado e registrado na JUCESP (fls. 73-74), Ata de Aprovação de Contas publicado e registrado (fl. 75) e Escrituração Contábil Digital no SPED emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil contendo recibo de entrega, termo de abertura e encerramento, balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício (fls. 76 a 80).

Como visto, as informações essenciais para o sucesso da presente contratação que se pretende realizar foram devidamente apresentadas pela CAVO, atendendo-se integralmente aos termos do



edital publicado e às disposições da Lei n.º 8.666/1993. Inclusive, no tocante à qualificação técnica, demonstrou-se devidamente, nos quantitativos pleiteados, a capacidade da recorrente em atender integralmente os termos e requisitos do edital

Com efeito, as licitantes não podem ser prejudicadas quanto à alteração frequente e descompassada da normativa do CFC em relação aos dados necessários ao balanço patrimonial, sobretudo no tocante a **informações secundárias** que em nada interferem no resultado da presente contratação pública, como ocorre no presente caso.

Nesse sentido, inclusive, o **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** já firmou entendimento de que a qualificação econômico-financeira das licitantes não é auferida exclusivamente pela demonstração do balanço patrimonial; veja-se o seguinte julgado:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. ALEGATIVA DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 27, III E 31, I, DA LEI 8666/93. NÃO COMETIMENTO. **REQUISITO DE COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA CUMPRIDA DE ACORDO COM A EXIGÊNCIA DO EDITAL.** RECURSO DESPROVIDO. 1. A comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes pode ser aferida mediante a apresentação de outros documentos. A Lei de Licitações não obriga a Administração a exigir, especificamente, para o cumprimento do referido requisito, que seja apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações (art. 31, inc. I ), para fins de habilitação. 2. **"In casu", a capacidade econômico-financeira foi comprovada por meio da apresentação da Certidão de Registro Cadastral e certidões de falência e concordata pela empresa vencedora do Certame em conformidade com o exigido pelo Edital.** 3. **Sem amparo jurídico a pretensão da recorrente de ser obrigatória a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, por expressa previsão legal. Na verdade, não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do artigo 31, da Lei 8666/93.**(...) (REsp 402711/SP, Rel. MIN. JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11.06.2002, DJ 19.08.2002 p. 145)

Ademais disso, junta-se aos autos do presente processo administrativo declaração do contador da recorrente, Sr. Alexandre Francisco Macedo (inscrito no CRC 1SP 207.606/O-8), o qual figura como Responsável pelas Demonstrações Contábeis da empresa, atestando que: **"em razão de não ter havido**



**nenhum lançamento na linha 'Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado período em período subsequentes' entendemos da não necessidade em publicar o DRA – Demonstrações de Resultados Abrangentes”.**

Consta, ainda, na mencionada Declaração, o seguinte:

Portanto, em atendimento ao item 9.4<sup>2</sup> do Edital, esclareço que o DRA corresponde ao mesmo número informado no DRE conforme quadro abaixo:

**Demonstrações dos resultados abrangentes - exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	88.423	17.866
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes:	-	-
Resultado abrangente do exercício	88.423	17.866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado		2016	2015 (Reapresentado)
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2016	2015	
Receitas de prestação de serviços	728.173	648.428	
Custos dos serviços prestados	(530.398)	(474.664)	
Lucro bruto	197.775	173.764	
Despesas (despesas) operacionais:			
Despesas operacionais	(92.042)	(106.121)	
Despesas administrativas	(15.672)	(10.639)	
Despesas com tributos	30.725	(3.229)	
Resultado de equivalência patrimonial			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	395	24.904	
	(76.594)	(92.085)	
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	121.181	81.679	
Despesas e receitas financeiras, líquidas	(13.840)	(41.852)	
Lucro antes do IRPJ e contribuição social	107.541	39.827	
(-) IRPJ e contribuição social – corrente	(37.974)	(17.076)	
(-) IRPJ e contribuição social – diferidos	18.856	(4.885)	
Lucro líquido do exercício	88.423	17.866	

Para tanto, anexo as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 devidamente auditadas pela BeAudit Auditores Independentes Ltda.

**Portanto, os requisitos essenciais foram devidamente cumpridos e atendidos pela recorrente, conforme se constata da referida declaração. Quaisquer outras informações são secundárias e não possuem o condão de influenciar a futura contratação a ser realizada pelo Município de Pelotas, sob o risco de ofender a competitividade do presente certame.**

Vale dizer, sob pretexto de um argumento extremamente formalista e que não configura requisito essencial no caso em voga, opta-se pela exclusão de participação e inabilitação de duas empresas de grande porte e de indiscutível qualificável técnica (CAVO e VITAL), em evidente prejuízo ao princípio da competitividade, afastando-se a possibilidade de oferecimento de eventuais propostas vantajosas à Administração Pública municipal.



Isto é, o reexame de ofício por parte da Comissão de Licitações excluiu, além da CAVO, ora recorrente, as licitantes ONZE e VITAL, por não terem apresentado, supostamente, as Demonstrações de Resultado Abrangente (DRA). Com efeito, privilegia-se, com tal interpretação, um exacerbado formalismo carente de qualquer sentido lógico em detrimento da habilitação de várias empresas que poderiam ofertar um preço econômico para a Administração municipal.

Nesse sentido, é uníssona a orientação do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** e demais tribunais pátrios no sentido de que a Administração Pública deve interpretar os termos do edital de modo a afastar rigorismos formais e exigências impertinentes, mas sempre buscando garantir máxima competitividade. Destaca-se ementas dos seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 41 DA LEI 8.666/93. NÃO-OCORRÊNCIA. SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES. ATRASO NÃO-VERIFICADO. DOCTRINA. PRECEDENTE. DESPROVIMENTO.

1. A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41).

2. A recorrida não violou o edital, tampouco a regra constante do art. 41 da Lei 8.666/93, porquanto compareceu à sessão pública de recebimento de envelopes às 8h31min, ou seja, dentro do prazo de tolerância (cinco minutos) concedido pela própria comissão licitante. Com efeito, não houve atraso que justificasse o não-recebimento da documentação e da proposta.

**3. Rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, do tipo menor preço, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa** (Lei 8.666/93, art. 3º).

4. Recurso especial desprovido.

(REsp 797.179/MT, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/10/2006, DJ 07/11/2006, p. 253)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. CONTRATAÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇO PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO DOMICILIAR E COMERCIAL. LICENÇA DE OPERAÇÃO. PEDIDO DE RENOVAÇÃO PROTOCOLIZADO EXTEMPORANEAMENTE, CONTUDO ACEITO PELO IAP EM RAZÃO DA



INSIGNIFICÂNCIA NO ATRASO. **INABILITAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA DO CERTAME. EXCESSO DE FORMALISMO. LIMINAR DEFERIDA. DECISÃO ESCORREITA. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. SEGUIMENTO NEGADO.** (Processo: 1072444- , Relator: Adalberto Jorge Xisto Pereira, 05ª CC, Data Julgamento: 29/07/2013, Data Publicação: 07/08/2013)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. Em mandado de segurança, verificado que a documentação apresentada atendeu às exigências e ao objetivo do instrumento convocatório, afasta-se o ato administrativo que inabilitou a Impetrante no procedimento licitatório. **A interpretação dos termos do edital de licitação não pode determinar a prática de atos que contrariem a finalidade do procedimento, restrinjam o número de concorrentes e prejudiquem a escolha da melhor proposta.** Recurso não provido.  
(4ª Câmara Cível do TJ-MG: Apelação Cível (AC) nº 5874442-89.2009.8.13.0024; rel. Desembargador ALMEIDA MELO).

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO LICITANTE. ILEGALIDADE CONFIGURADA. PROVA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EDITAL. CAPACIDADE TÉCNICA SUPERIOR OU IGUAL A DO OBJETO LICITADO. COMPROVADA. RIGORISMOS MERAMENTE FORMAIS. AFASTAMENTO. Tendo sido preenchidos os requisitos para a habilitação, uma vez que apresentado atestado com qualificação superior à exigida, deve a Impetrante ser considerada habilitada no certame licitatório, até porque, como visto, **deve a Administração Pública prezar pelo interesse público acima do privado, razão porque deve garantir ao máximo a competitividade no certame, afastando rigorismos meramente formais.** PRELIMINAR REJEITADA, APELAÇÃO DESPROVIDA.  
(2ª Câmara Cível do TJ-RS: AC nº 7003415948-3, rel. Desembargador ARNO WERLANG)

Nesse sentido, ademais, importante lembrar à mesma que toda e qualquer exigência editalícia na fase de habilitação em licitação pública deve ser interpretada e aplicada para o fim legítimo a que se propõe:

"Visa a concorrência pública fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão deste escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser



arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório"<sup>1</sup>

“As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa”

(STJ, RMS 5.606/DF, 1ª Seção, Rel. Min. José Delgado, DJU de 10.8.1998)

Nesse exato sentido, conforme leciona Marçal JUSTEN FILHO, o **princípio da proporcionalidade**, prestigia a *“instrumentalidade das normas jurídicas em relação aos fins a que se orientam”* e *“exclui interpretações que tornem inútil a(s) finalidade(s) buscada(s) pela norma”*.<sup>2</sup>

Mesmo que assim não fosse, deve-se considerar também que, diante de eventual dúvida acerca dos dados relativos ao balanço patrimonial que foi devidamente apresentado, por uma questão de razoabilidade e à luz do princípio da proporcionalidade, **a d. Comissão Especial de Licitação deveria ter diligenciado para esclarecer tal ponto ou requisitar que a licitante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. apresentasse esclarecimentos, por força do que dispõe o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/93:**

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

**§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

Em que pese o artigo citado referir-se a faculdade da Comissão de Licitação em diligenciar, a Administração Pública, em virtude do princípio da legalidade, não tem a faculdade para agir mas sim, na realidade, **tem o dever jurídico** de atingir determinada finalidade.

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 19ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 557.

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9a Ed., São Paulo: Dialética, 2002, p. 66- 67.



É exatamente esse o ensinamento do Ilustre Professor Marçal JUSTEN FILHO<sup>3</sup>:

*“Em primeiro lugar, deve-se destacar que não existe uma competência discricionária para escolher entre realizar ou não a diligência. Se os documentos apresentados pelo particular ou as informações neles contidas envolverem pontos obscuros – apurados de ofício pela Comissão ou por provocação de interessados –, a realização de diligências será obrigatória. (...) Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto ao seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior.”*

A jurisprudência do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO** reconhece a necessidade de realização de diligências pela Administração para supressão de falhas, **em prol da ampliação da competitividade no certame:**

*“O que se constata é que algumas das falhas decorreram da prorrogação do prazo para abertura das propostas, com vistas a obter o número necessário de propostas válidas para realização do certame, o que acabou provocando a perda da validade de alguns documentos. Com relação à documentação apresentada pela empresa vencedora do certame (Portobello S/A), **a única falha verificada foi a ausência de assinatura do representante legal da empresa na proposta apresentada, o que poderia ser motivo de diligência pela Comissão de Licitação com vistas a sanar a falha, nos termos do art. 43, §3º da Lei n.º 8.666/93** (...) (Acórdão 478/2004 – Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, j. 28/04/2004, DOU 12/05/2004)*

Assim, verifica-se que, persistindo qualquer dúvida quanto ao conteúdo do balanço patrimonial que foi devidamente apresentado, cabe à d. Comissão Especial de Licitação diligenciar para esclarecer as informações necessárias, procedendo a adequada instrução e julgamento do processo, nos termos do art. 43, §3º da Lei 8666/93.

#### **IV. DO REQUERIMENTO**

Diante do exposto, requer-se, respeitosamente, ao Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação, seja admitido e julgado **PROCEDENTE** o presente Recurso Administrativo para:

<sup>3</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 14ª edição. São Paulo: Dialética, 201, pág. 599.



a) **habilitar** a empresa licitante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A., ora recorrente, posto que plenamente atendidas todas exigências do Edital de Concorrência n.º 004/2017, sobretudo quanto à comprovação da qualificação econômico-financeira, de modo a não frustrar o caráter competitivo do certame licitatório;

b) alternativa e sucessivamente ao pedido anterior, persistindo qualquer dúvida quanto ao conteúdo do balanço patrimonial apresentado pela licitante CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A., promover diligência destinada a esclarecer o conteúdo do referido documento, procedendo a adequada instrução e julgamento do processo, nos termos do art. 43, §3º da Lei 8666/93.

N. Termos.

P. Deferimento.

São Paulo, 18 de abril de 2018.

---

TIAGO CAMARGO DE OLIVEIRA  
RG 58.047.709-5 SSP/SP  
CPF/MF 034.107.174-98  
Procurador



São Paulo, 17 de abril de 2018

**AO  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS – SANEP**

REF.: Concorrência nº 02/2017

**ASSUNTO:** Declaração de Diligência ao item III, a)<sup>1</sup>

A **CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.030.942/0001-85, sediada na Av. Orlando Vedovello, 2142, Parque da Represa, Paulínia/SP – CEP: 13144-610, vem por intermédio de seu contador, o Sr. Alexandre Francisco Macedo, inscrito no CRC 1SP 207.606/O-8 o qual figura como Responsável pelas Demonstrações Contábeis DECLARA para os devidos fins que, em razão de não ter havido nenhum lançamento na linha “*Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado período em períodos subsequentes*” entendendo assim em não haver nenhum prejuízo em relação ao DRA – Demonstrações de Resultados Abrangentes.

Portanto, em atendimento ao item 9.4<sup>2</sup> do Edital, esclareço que o DRA corresponde ao mesmo número informado no DRE conforme quadro abaixo:

**Demonstrações dos resultados abrangentes - exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	88.423	17.866
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes:	-	-
Resultado abrangente do exercício	88.423	17.866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado		2016	2015
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		2016	2015 (Reapresentado)
Receita de prestação de serviços	728.173	648.428	
Custos dos serviços prestados	(530.398)	(474.664)	
Lucro bruto	197.775	173.764	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			395
Despesas e receitas financeiras, líquidas			(76.594)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras			121.181
Despesas e receitas financeiras, líquidas			(13.640)
Lucro antes do IRPJ e contribuição social			107.541
(-) IRPJ e contribuição social – correntes	(92.042)	(103.121)	(37.974)
(-) IRPJ e contribuição social – diferidos	(15.672)	(10.639)	(4.885)
Lucro líquido do exercício	30.725	(3.229)	88.423
Resultado de equivalência patrimonial			17.866

Para tanto, anexo as Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e 2015 devidamente auditadas pela BeAudit Auditores Independentes Ltda.

ALEXANDRE FRANCISCO MACEDO

Registro CRC: SP 207606/O8

CPF: 112.845.42890

Contador

<sup>1</sup> Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, comprovando a boa situação financeira da empresa, de acordo com indicadores abaixo discriminados, referentes ao último exercício social, calculados como seguem.

<sup>2</sup> 9.4 - É facultada à Comissão, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

**Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e  
2015**

**Conteúdo**

**Relatório dos Auditores Independentes**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações dos resultados dos exercícios**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos acionistas e administradores da  
**Cavo Serviços e Saneamento S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cavo Serviços e Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos potenciais efeitos dos assuntos mencionados na seção "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cavo Serviços e Saneamento S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Pelo fato de termos sido contratados pelo Companhia após 31 de dezembro de 2016, não acompanhamos os inventários físicos dos estoques de 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nem foi possível firmar juízo sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Dessa forma, não foi possível concluir quanto aos possíveis ajustes e itens de divulgação, se houver, nas demonstrações contábeis apresentadas.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (PPA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na

formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas Explicativas 5)**

A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, políticas de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Desta forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as premissas adotadas pela Companhia, levando-se em consideração as normas contábeis fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de ratings (classificação de risco) de crédito, experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisões.

Com base nas premissas estipuladas, classificaram como provável perda, valores acima de 90 dias.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da provisão para crédito de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

- **Provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa 14)**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, e adicionalmente provisiona um passivo estimado referente a processos que tendem ocorrer após o encerramento do mesmo.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca de mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente é baseada na mensuração dos consultores jurídicos da Companhia, e o mesmo provisiona os processos com estimativa de perda provável. Nas circunstâncias, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

## Como foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis da Companhia para confirmar a avaliação do prognóstico, a completude das informações e o valor correto das provisões.

Obtivemos o entendimento e testamos os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, que entre outros, também considerou os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para contingências trabalhistas que são realizadas pelo critério de médias históricas de perdas em encerramentos da Companhia.

## Perdas Possíveis

Conforme divulgado na nota 14, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$3.473 em 31 de dezembro de 2016, para os quais nenhuma provisão foi considerada e que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante R\$3.108 se referem a ações de natureza trabalhista e previdenciária.

Focamos nestas áreas devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos discutidos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

- **Mútuo com Partes Relacionadas (Nota Explicativa 07)**

Uma parte está relacionada com uma entidade direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários quando: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver um interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver um controle conjunto sobre a entidade; (b) for uma coligada da entidade; (c) for uma joint venture (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (d) for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (e) for membro próximo da família ou de qualquer indivíduo referido nas alíneas (a) ou (d); (f) for uma entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer indivíduo referido nas alíneas (d) ou (e); ou (g) for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade. (CPC 5)

#### Como foi conduzido em nossa auditoria

As partes relacionadas foram testadas, atentando-se as condições expressas no contrato onde foram acordados valores, prazos e taxa de juros, além da classificação contábil.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento das partes relacionadas existentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

- **Reconhecimento de Receita, Custos sobre serviços prestados e despesas correlacionadas**

O reconhecimento da receita deve ocorrer quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados; e deve ser mensurada pelo valor justo da retribuição recebida ou a receber. Os custos e despesas correspondentes à mesma transação são reconhecidas simultaneamente. (CPC 30)

#### Como foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as premissas adotadas pela Companhia, levando-se em consideração as normas contábeis e atentando ao reconhecimento da receita proporcionalmente ao serviço prestado/executado.

Os custos e despesas foram testados, atentando-se à competência da emissão do documento comprobatório, valor, classificação contábil e existência, além da correlação com o serviço prestado.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita, custos e despesas correspondentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis da Cavo Serviços e Saneamento S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, antes dos ajustes e reclassificações comentados na Nota 2.23, foram por nós examinadas, cujo parecer, continha ressalvas quanto aos assuntos apresentados na seção "Base para opinião". As demonstrações contábeis da Cavo Serviços e Saneamento S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, antes dos ajustes e reclassificações comentados na Nota 2.23, não foram auditadas. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na Nota 2.23 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e balanço patrimonial do exercício

findo em 31 de dezembro de 2014. Concluimos que tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados.

### Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para o seguinte assunto:

#### **Operação Lava-Jato**

A Companhia foi citada em depoimento através de “delação premiada” e, por esse motivo, a Administração realizou nos anos de 2015 e 2016 investigações conduzidas por especialistas independentes com o objetivo de identificar eventuais irregularidades ligadas a essas denúncias advindas da “Operação Lava Jato”, sendo que os procedimentos efetuados e resultados estão descritos na Nota Explicativa nº 1.4 dessas demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

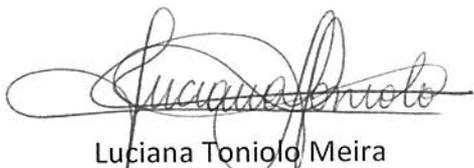
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2017.



Luciana Toniolo Meira  
CRC 1 SP 254.829/O-8

BeAudit Auditores Independentes Ltda.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

### Ativo

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo circulante</b>			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.213	12.717
Contas a receber de clientes	5	219.095	205.421
Estoques	-	4.873	4.811
Impostos a recuperar	6	34.175	25.483
Adiantamentos a fornecedores	-	456	251
Despesas do exercício seguinte	-	4.587	4.001
Demais contas a receber	-	53.578	21.260
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>337.977</b>	<b>273.944</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Mútuos com partes relacionadas	7	485.719	458.455
Contas a receber de clientes	5	5.702	4.818
Impostos a recuperar	6	-	2.192
Impostos diferidos	16	155.316	26.878
Demais contas a receber	-	3.638	4.089
Investimentos	8	527.991	326.002
Imobilizado	9	27.546	29.646
Intangível	10	503	355
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.206.415</b>	<b>852.435</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.544.392</b>	<b>1.126.379</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

### Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo circulante</b>			(Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	11	379	3.302
Fornecedores	-	26.183	20.586
Obrigações trabalhistas	12	52.917	43.742
Obrigações tributárias	13	111.245	96.024
Adiantamentos de clientes	-	280	411
Demais contas a pagar	-	15.793	541
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>206.797</b>	<b>164.606</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	-	375
Débito com partes relacionadas	7	23.073	62.594
Provisão para demandas judiciais	14	66.975	46.480
Obrigações tributárias	13	123.223	92.761
Impostos diferidos	16	10.561	12.822
Demais contas a pagar	-	16.666	18.038
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>240.498</b>	<b>233.070</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15.1	642.947	450.865
Capital social a integralizar	15.1	-	(9.897)
Reserva de capital	15.2	90.000	90.000
Reserva de lucros	15.4	250.855	156.060
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.3	113.295	41.675
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.097.097</b>	<b>728.703</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.544.392</b>	<b>1.126.379</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Receita de prestação de serviços	17	728.173	648.428
Custos dos serviços prestados	18	(530.398)	(474.664)
<b>Lucro bruto</b>		<b>197.775</b>	<b>173.764</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	19	(92.042)	(103.121)
Despesas comerciais	20	(15.672)	(10.639)
Resultado de equivalência patrimonial	8	30.725	(3.229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	395	24.904
<b>Resultado operacional</b>		<b>121.181</b>	<b>81.679</b>
Despesas financeiras	22	(37.892)	(47.910)
Receitas financeiras	22	24.252	6.058
<b>Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>107.541</b>	<b>39.827</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(37.974)	(17.076)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	18.856	(4.885)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>88.423</b>	<b>17.866</b>
<b>Lucro básico e diluído por ações (em reais)</b>	25	<b>0,1375</b>	<b>0,0396</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

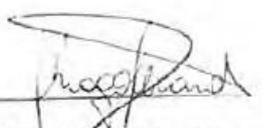
**Demonstrações dos resultados abrangentes - exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015***(Em milhares de Reais)*

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	88.423	17.866
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do período em períodos subsequentes:	-	-
Resultado abrangente do exercício	88.423	17.866

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

  
Alexandre Francisco Macedo  
CPF 112.845.428-90  
CRC 1SP 207.606/O-8

  
CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A.  
André Luis Lima Méira  
CPF.: 665.890.024-87  
RG.: 3617076 SSP/PE  
Diretor

  
THIAGO FERNANDES  
DIRETOR

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Notas	Atribuível aos acionistas da Companhia							Total da Controladora
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Adiantamento para futuro aumento de capital	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)</b>	<b>450.865</b>	<b>(9.897)</b>	<b>90.000</b>	<b>3.848</b>	<b>-</b>	<b>134.346</b>	<b>-</b>	<b>669.162</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.866	-	17.866
Reserva de legal	-	-	-	893	-	(893)	-	-
Dividendos obrigatórios e não pagos	-	-	-	-	4.243	(4.243)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	41.675	41.675
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>450.865</b>	<b>(9.897)</b>	<b>90.000</b>	<b>4.741</b>	<b>4.243</b>	<b>147.076</b>	<b>41.675</b>	<b>728.703</b>
Integralização de capital	15.1	-	-	-	-	-	-	150.407
Aumento de Capital	15.1	9.897	-	-	-	-	(41.675)	9.897
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	6.545	-	6.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	88.423	-	88.423
Reserva de legal	15.2	-	-	4.421	-	(4.421)	-	-
Dividendos obrigatórios e não pagos	15.4	-	-	-	21.001	(21.001)	-	-
Resgate de ações	-	-	-	-	-	(173)	-	(173)
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.3	-	-	-	-	-	113.295	113.295
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>642.947</b>	<b>-</b>	<b>90.000</b>	<b>9.162</b>	<b>25.244</b>	<b>216.449</b>	<b>113.295</b>	<b>1.097.097</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
<b>Das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício nas operações em continuidade, após o imposto de renda e contribuição social	88.423	17.866
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Depreciações, amortizações e exaustões	10.826	11.202
Provisão para crédito liquidação duvidosa	39.677	9.111
Valor residual na alienação de ativo imobilizado/Intangível	(42)	8.156
Resultado de equivalência patrimonial	(30.725)	3.229
Provisão de imposto de renda e contribuição social	37.974	17.076
Imposto de renda e contribuição social diferido	(18.856)	4.885
Provisão para demandas judiciais	20.495	19.230
Variação monetária, encargos financeiros e juros	80	2.532
<b>Decréscimo/(acrécimo) em ativos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(54.235)	(906)
Impostos a recuperar	(11.103)	(6.188)
Estoques	(62)	(2.132)
Adiantamento a fornecedores	(205)	647
Despesas do exercício seguinte	(641)	(376)
Demais contas a receber	(12.027)	(16.526)
Fornecedores	5.598	2.016
Obrigações trabalhistas	9.175	4.798
Obrigações tributárias	34.523	47.787
Adiantamento de clientes	(131)	71
Demais contas a pagar	7.590	(2.974)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>252.668</b>	<b>239.008</b>

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Dividendos recebidos	2.592	6.037
Aquisição de ativo imobilizado	(7.480)	(3.909)
Aquisição de intangível	(234)	(15)
Créditos com partes relacionadas	(193.009)	(177.483)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(198.131)</b>	<b>(175.370)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.259)	(13.854)
Juros e encargos financeiros pagos	(119)	(3.114)
Débitos com partes relacionadas	83.671	72.635
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>80.293</b>	<b>55.667</b>

**Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa**

<b>8.496</b>	<b>(199)</b>
--------------	--------------

**Caixa e equivalentes de caixa**

No início do exercício	12.717	12.916
No final do exercício	21.213	12.717

**Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa**

<b>8.496</b>	<b>(199)</b>
--------------	--------------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **1. Contexto operacional**

#### **1.1. Informações gerais**

A Cavo Serviços e Saneamento S.A. e suas controladas, doravante referidas como (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado fundada em 2009 de acordo com as leis da República Federativa do Brasil com sua sede atual no endereço Rua Antônio Ribeiro Pina, 225, Jd. Lídia São Paulo.

A Companhia tem como objetivo a prestação de engenharia civil, limpeza urbana, operação de estações de transferência, gerenciamento, tratamento e destinação final de resíduos de qualquer natureza, limpeza, conservação e manutenção de praças e áreas verdes, participação em outras sociedades prestação de serviços de locação de equipamentos e veículos, indústria de transformação de resíduos e de subprodutos de processos produtivos, aplicação de agrotóxico, exploração de concessões públicas, serviços de asseio e conservação entre outros. Prestando esses serviços, a Companhia possibilita um controle de impactos ambientais, modelos de gestão ambiental personalizados e o atendimento às exigências ambientais vigentes aos seus clientes.

A Cavo atua em grande parte do território nacional, contando com filiais para a prestação dos serviços nas regiões, Sul, Sudeste e Norte do Brasil.

Em 03 de março de 2011, a DMTSPE Empreendimentos e Participações S.A, controlada da Estre Ambiental S/A (“Estre”), adquiriu 100% das ações da Cavo, que além das próprias operações, detinha 50% da Essencis Soluções Ambientais S.A. (“Essencis”) e 54% da Unidade Tratamento de Resíduos S.A. (“UTR”). Atualmente a Estre é detentora de 100% do capital social da Cavo.

A Estre Ambiental S.A. controladora da Cavo, doravante referidas como “Controladora ou “Estre” foi constituída em 4 de maio de 1999 de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre I - 2º e 3º andares, no Itaim Bibi, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Estre atua em grande parte do território nacional, contando com sítios de tratamento e disposição final de resíduos em importantes localidades das regiões Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil, além de operar aterro sanitário em Bogotá (Colômbia).

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1.2. Reorganização Societária

Os acionistas e a administração da Companhia avaliaram opções de reestruturação organizacional e melhoria operacional, operacional e financeira para manutenção da liquidez da Companhia e, por este motivo, elaboraram as seguintes reorganizações e ações:

#### a) Reestruturação societária

##### Núcleo de Gerenciamento Ambiental S.A.

Em 02 de setembro de 2015, através da AGE, foi alterada a denominação da Estre Valorização Holding S.A. (“Estre Valorização”) para NGA Sul – Núcleo de Gerenciamento Ambiental S.A. (“NGA Sul”). Em 01 de dezembro de 2015, foi deliberada pelos acionistas da NGA Sul através de AGE, a aprovação de aumento de capital social mediante a conferência de bens pela Cavo no montante de R\$ 169.636, passando a deter 100% de participação societária na NGA Sul.

##### RSS Holding S.A.

Em 30 de novembro de 2015, através da AGE, a RSS Holding S.A. (“RSS”) deliberou a alteração da denominação social de RSS Holding S.A. para Estre Aterros e Valorização Holding S.A. (“EAV”) e aprovou o aumento de capital social da RSS para R\$260.799. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas pela Pilares, Estre e Cavo pelo valor contábil apurado através de um laudo elaborado por empresa especializada, HG ContaCom Contabilidade Ltda., conforme contribuições abaixo:

A Pilares contribuiu com o montante de R\$105.801, compostos conforme a seguir:

- Contribuição de 50% do investimento que detinha na Resicontrol Soluções Ambientais S.A. (“Resicontrol”), juntamente com os saldos de mais-valias e ágio; contribuição de 100% do investimento que detinha na CTR Porto Seguro S.A. (“CTR Porto”), juntamente com o saldo de intangível;
- Contribuição de 100% do investimento que detinha na CTR Arapiraca S.A. (“CTR Arapiraca”); e
- Contribuição de 100% do investimento que detinha na Oxil Manufatura Reversa e Gerenciamento de Resíduos Ltda. (“Oxil”), juntamente com o saldo de ágio;
- Contribuição dos saldos de mútuos líquidos existentes na Pilares com empresas do grupo.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Como consequência, a Pilares passou a deter 40,57% de participação societária no capital social da EAV.

A Cavo contribuiu com o montante de R\$129.418, compostos conforme a seguir:

- Contribuição de 50% do investimento que detinha na Resicontrol, conferência de bens, saldos de mais valias e ágio; e
- Contribuição dos saldos de mútuos líquidos existentes na Pilares com empresas do grupo.

Como consequência, a Cavo passou a deter 49,62% de participação.

A Estre contribuiu com o montante de R\$25.580, compostos conforme a seguir:

- Contribuição de 100% do investimento que detinha na Estre Tratamento Holding S.A. (“Estre Tratamento”);
- Contribuição de 90% do investimento que detinha na Guatapará Energia S.A. (“Guatapará Energia”); e
- Contribuição de 90% do investimento que detinha na Estre Energia Renovável Participações S.A. (“Estre Energia”).

Como consequência, a Estre passou a deter 9,81% de participação societária no capital social da EAV.

### Estrans do Brasil Serviços Ambientais Ltda.

Em 1º de julho de 2014, conforme deliberado em ACS (Alteração do Contrato Social), foi aprovada a incorporação da Estrans do Brasil Serviços Ambientais Ltda. (“Estrans BR”) pela Companhia. A Estrans BR era controlada direta da Estre Ambiental S/A (“Estre”). A Estre detinha a totalidade das quotas da Estrans BR no montante de 2.647.954 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro). O acervo cindido da Estre a ser incorporado pela Companhia é constituído pela totalidade do patrimônio líquido da Estrans BR. Para os fins da Cisão Seletiva e parcial, os elementos patrimoniais cindidos da Estre a serem incorporados pela Cavo foram avaliados com base em seu valor contábil na data de 30 de junho de 2014 pela empresa especializada APSIS Consultoria e Avaliações Ltda. A Cisão Parcial acarretará variação patrimonial no capital social da Sociedade Cindida, em razão das reservas de capital constituídas na Estre que absorverão os valores relativos ao Acervo Cindido.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores incorporados pela Cavo na data da deliberação encontram-se assim resumidos:

	R\$
Ativo circulante	4.080
Ativo não circulante	290
Total dos ativos incorporados	4.370
	<hr/>
	4.370
Passivo circulante	3.874
Total dos passivos assumidos	3.874
	<hr/>
Acervo líquido	496
	<hr/>

### 1.3. Venda de Recebíveis “Cessão de carteira de clientes”

Em 30 de abril de 2015, a Companhia firmou um contrato de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças com a empresa Multilixo Remoções de Lixo Sociedade Simples Ltda. (“Multilixo”) onde cede parte de sua carteira de clientes no que se refere à contratos de coleta para melhoria de caixa e como parte do seu plano de reestruturação de dívidas, no total de R\$ 5.000 a serem pagos pela Multilixo da seguinte forma: R\$1.000 sendo R\$700 referente a cessão e R\$300 referente a venda de ativo imobilizado utilizado pela companhia para prestar os serviços de coleta e que estão atrelados aos contratos e que serão pagos em 5 dias à contar da data da assinatura do contrato e 4 parcelas de R\$1.000 à vencer nos meses subsequentes da assinatura do contrato. Devido a não aceitação de clientes que não aceitaram que a Multilixo prestasse o serviço que era da Companhia, houve uma redução do valor total da venda e esses mesmos clientes mencionados no contrato de cessão continuam sendo parte da carteira de clientes da Companhia.

### 1.4 Investigação

#### Operação “Lava-Jato” e seus reflexos na Estre (“Controladora”) e na sua Investida (“Companhia”)

Em 2014, a Polícia Federal (“PF”) iniciou uma investigação, visando apurar irregularidades por organizações criminosas em diversos estados brasileiros, envolvendo a Petrobrás e suas subsidiárias.

Em conexão com as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”), o Sr. Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, firmou acordo de colaboração premiada, citando marginalmente a Companhia em depoimentos ocorridos em 5 de setembro de 2014, porém tornados públicos pelo MPF em 6 de março de 2015.

A Administração da Controladora afirma que não tem conhecimento das afirmações mencionadas no depoimento e que a Controladora e a Companhia não têm como prática esse tipo de pagamento. Como compromisso de transparência e conduta ética, a Companhia e seus administradores envidaram todos os esforços para (i) obter maior conhecimento dos fatos através de envolvimento do departamento

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

jurídico interno da Controladora; (ii) avaliar a necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; (iii) monitorar o assunto em anos subsequentes.

A Diretoria e Conselho de Administração da Controladora não toleram quaisquer atos ilegais e, portanto, a Controladora vem elaborando e implementando, desde 2014, um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos que estipulam os procedimentos, métodos e competências.

Como resultado desses esforços, a Controladora desenvolveu as seguintes iniciativas no sentido de melhoria do seu sistema de governança corporativa:

- Aprovação, pelo Conselho de Administração, em 22 de janeiro de 2015, da criação da estrutura da área de Compliance e a contratação de um Compliance Officer, nível sênior;
- A área de Gestão de Riscos e Compliance foi criada em 1º junho de 2015, com o objetivo de estruturar o Programa de Integridade da Estre, criar um programa de gerenciamento de riscos e avaliar, remediar e monitorar o ambiente de controles internos da Empresa;
- A diretoria da Estre e o Conselho de Administração estabeleceram meta de Compliance para a Empresa alcançar aderência dos controles internos necessários aos requisitos estabelecidos na Lei nº 12.846, Decreto nº 8.420/15 e Portarias da CGU 909 e 910;
- Criação do Comitê de Ética e a elaboração, aprovação e divulgação das seguintes políticas: Anticorrupção, Homologação de Fornecedores, Patrocínios e Doações, Contratos, Compliance e Licitações;
- Treinamento presencial do Código de Ética e Conduta Empresarial e da Política Anticorrupção, assim como a obtenção dos termos de adesão e formulário de relacionamento com agente público, devidamente assinado pelos treinados;
- Programa de reforço da comunicação da Linha de Conduta Estre, além da divulgação no website da Estre das políticas de integridade e da Linha de Conduta Estre;
- Inclusão de cláusulas anticorrupção nos contratos e treinamentos pontuais com os fornecedores e parceiros, além de obtenção, quando necessário, de assinatura das políticas de integridade da Estre;
- Contratação de especialistas independentes, mais especificamente sua área de forense, para conduzir uma investigação específica sobre a denúncia mencionada acima, como também efetuar entrevistas com funcionários e executivos da Companhia. Esses trabalhos foram

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

conduzidos sob a orientação e supervisão do Comitê de Ética da Companhia. O resultado dessa investigação não apresentou indícios que confirmem a acusação mencionada na delação premiada.

A Controladora avalia continuamente seus controles internos, incluindo aqueles inerentes ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, e eventuais necessidades de aprimoramento no seu ambiente de controle serão implementadas.

Em 31 de dezembro de 2016 e até a presente data, a Controladora e seus executivos não foram notificados para esclarecimentos ou em processos judiciais associados às denúncias contidas no depoimento. A Administração da Controladora continuará a monitorar esse assunto para 2017.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas**

### **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.22.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros pelo valor justo descritos na Nota 2.7 e certos ativos mensurados pelo valor justo na data da combinação de negócios, descritos na Nota 2.3.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todos os períodos apresentados.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27 e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

### **2.2. Demonstrações Consolidadas**

A Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 2016 e 2015, por entender que satisfaz a todas as condições de exceções previstas no item 4 do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, abaixo relacionadas:

A controladora pode deixar de apresentar as demonstrações consolidadas somente se satisfazer todas as condições a seguir, além do permitido legalmente:

- a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e
- a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio de resultado de acordo com este pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia mantinha participação percentual em cada uma das empresas, na data das demonstrações financeiras, apresentada abaixo:

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Denominação	Atividade principal	País-sede	Participação	2016	2015
<b>Investidas consolidadas</b>					
Pilares Participação Ltda.	Holding	Brasil	Direta	100%	100%
Oxil Manufatura Reversa Ltda.	Reciclagem	Brasil	Indireta	90%	90%
LMG Participações Ltda.	Holding	Brasil	Indireta	100%	100%
Tahaa Transportes Ltda.	Transporte de resíduos	Brasil	Indireta	100%	100%
Resicontrol Soluções Ltda.	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Indireta	90%	90%
CTR Arapiraca	Centro de Tratamento de resíduo	Brasil	Indireta	90%	90%
CTR Porto Seguro	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Direta e Indireta	90%	90%
Estre Coleta Holding S.A.	Holding	Brasil	Direta	100%	-
CGR – Centro de Gerenciamento de Resíduos Feira de Santana S.A.	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Direta e indireta	54,21%	-
E.A.V. Estre Valorização Holding	Participação em outras Sociedades	Brasil	Direta	100%	90%
Estre Energia Renovável Participações S.A.	Centro de geração de energia	Brasil	Indireta	90%	90%
SPE Paulínia	Participação em outras Sociedades	Brasil	Indireta	100%	99%
SPE Tremembé	Participação em outras Sociedades	Brasil	Indireta	100%	99%
SPE Curitiba	Participação em outras Sociedades	Brasil	Indireta	100%	99%
Terrestre Energia	Participação em outras Sociedades	Brasil	Indireta	100%	99%
<b>Investidas não consolidadas</b>					
Unidade de Tratamento de Resíduos - UTR S/A.	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Direta	54%	54%
Viva Ambiental e Serviços S.A.	Serviços de limpeza e coleta	Brasil	Indireta	45,79%	45,79%
V2 Ambiental SPE S.A.	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Indireta	45,79%	45,79%
CGR – Centro de Gerenciamento de Resíduos Feira de Santana S.A.	Centro de gerenciamento de resíduos	Brasil	Indireta	-	45,79%

Controladas são todas as entidades em que uma Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não a entidade.

### 2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável (*test of impairment*), o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

### **2.4. Investimento em coligadas**

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia tem influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos da Companhia em suas coligadas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável (*test of impairment*) dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas coligadas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas da coligada.

### **2.5. Negócios em conjunto**

Empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

Os negócios em conjunto existentes encontram-se descritos na Nota 2.2.

A Companhia reconhece, com relação à sua participação em operação em conjunto (*joint operation*): (a) seus ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos em conjunto; (b) seus passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos em conjunto; (c) sua receita de venda da sua parcela sobre a produção advinda da operação em conjunto (*joint operation*); (d) sua parcela sobre a receita de venda da produção da operação em conjunto (*joint operation*); e (e) suas despesas, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto.

A Companhia reconhece suas participações em empreendimento controlados em conjunto (*joint venture*) como investimento e contabiliza esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, conforme descrito na Nota 2.4.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.6. Classificação corrente *versus* não corrente**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

### **2.7. Mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 23.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

### **2.8. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas são mensuradas pelos valores justos das contraprestações recebidas ou a receber, deduzidas de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando auferidas obedecendo ao regime de competência, com base em medições de serviços aprovadas pelos respectivos clientes. Essas receitas são registradas no ativo na rubrica de "Serviços a faturar". Na emissão da nota fiscal/fatura é realizada a reclassificação do valor correspondente para a rubrica de "Faturas a receber".

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.9. Impostos**

#### Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, observando os critérios estabelecidos pela legislação tributária vigente, pelas alíquotas regulares de 15% acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados e impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; ou
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
Retenções na fonte - PIS, COFINS e CSLL	4,65%
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	11,00%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1,50%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS)	5,00%

### **2.10. Imobilizado**

Os bens do imobilizado são apresentados ao custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que possam trazer benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas.

O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil estimada. O valor residual e vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o IAS 8 e o CPC 23.

A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para cada classe de ativo estão descritas na Nota 09.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil) são registrados em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### **2.11. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### **2.12. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.13. Instrumentos financeiros**

#### Ativos financeiros

- *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e demais contas a receber.

- *Mensuração subsequente*

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava ativos designados a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de taxa juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia e suas subsidiárias classificam os títulos e valores mobiliários, as contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e demais contas a receber como empréstimos e recebíveis.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período. Quando o investimento é desconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam ativos financeiros disponíveis para venda.

- *Desconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

- *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia e suas subsidiárias avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes devedoras estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os créditos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração de resultado.

### Passivos financeiros

- *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos e contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem, principalmente: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar por aquisição de participação, contas a pagar por aquisição de investimentos, débitos com partes relacionadas, operações com *swap* e demais contas a pagar.

- *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo IAS39 - Financial Instruments (CPC 38 - Instrumentos financeiros), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia e suas subsidiárias classificam operações com derivativos como ativos ou passivos financeiros a valor justo por meio do resultado.

### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **2.14. Caixa e equivalente de caixa**

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo (inferior a três meses dias da data da contratação) e sem risco de mudança significativa de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

#### **2.15. Estoques**

O Estoque é composto por materiais de manutenção, consumo e equipamentos de proteção individual (EPI), avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas necessárias para efetuar as vendas.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **2.16. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias para as causas cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável pelos assessores legais da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.17. Arrendamento mercantil**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter a taxa de juros efetiva constante

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

### **2.18. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo que são atualizados monetariamente estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### **2.20. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o IAS 7 - *Statement of Cash Flows*, emitido pelo IASB, e com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### **2.21. Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Companhia não possui instrumentos potenciais conversíveis em ações, portanto, o resultado diluído por ação é igual ao valor do resultado básico por ação.

### **2.22. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

- *Provisão de crédito de liquidação duvidosa*

A provisão de crédito de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual de cada cliente, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. Considerando a natureza das operações da Companhia no setor de resíduos públicos, a Administração é requerida a estimar a possibilidade de recebimento de relevantes contas a receber, junto ao Poder Público para o registro de provisão para perdas. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 5, em alguns casos requer negociações e tempo por parte da Companhia.

- *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade operadora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado, os quais não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- *Provisão para demandas judiciais*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

- *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- *Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente*

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, e, portanto, um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto.

- *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015**

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2015, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

- IFRS 3 - Combinações de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultantes de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). Isso é consistente com a atual política contábil da Companhia e, desse modo, essa alteração não teve impacto na política contábil da Companhia.

- IAS 16 - Ativo Imobilizado e IAS - 38 Ativo Intangível

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis ajustando-se o valor contábil bruto do ativo ao valor de

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

mercado ou determinando o valor de mercado do valor contábil e ajustando o valor contábil bruto proporcionalmente de modo que o valor contábil resultante seja igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e os valores contábeis do ativo. Essa alteração não teve qualquer impacto na Companhia e suas subsidiárias, uma vez que seus ativos não sofreram reavaliações.

- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é pertinente para a Companhia e suas subsidiárias, uma vez que ele não recebe quaisquer serviços de administração de outras entidades.

- Melhorias anuais - Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 e foram aplicadas pela primeira vez pela Companhia nestas demonstrações financeiras, incluindo:

### *IFRS 3 - Combinações de Negócios*

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam:

- ✓ Empreendimentos conjuntos, e não apenas *joint ventures*, estão fora do escopo da IFRS 3.

Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do empreendimento conjunto em si. A Companhia e suas subsidiárias não são empreendimentos em conjunto e, desse modo, essa alteração não é pertinente para a Companhia e suas subsidiárias.

### *IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo*

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia e suas subsidiárias não aplicam a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 2.24. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de *hedge*, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia e suas subsidiárias planejam adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. No decorrer de 2016, a Companhia e suas subsidiárias realizaram uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro. Em geral, a Companhia e suas subsidiárias não esperam impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido.

#### *Classificação e mensuração*

A Companhia e suas subsidiárias não esperam impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Ele espera continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia e suas subsidiárias esperam que estes continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia e suas subsidiárias analisarão as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem aos critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### *Perdas por redução do valor recuperável (“impairment”)*

A IFRS 9 requer que a Companhia e suas subsidiárias registrem perdas de crédito esperadas sobre todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, para 12 meses ou em base vitalícia. A Companhia e suas subsidiárias esperam aplicar o modelo simplificado e registrar as perdas esperadas em base vitalícia sobre todas as contas a receber de clientes. A Companhia e suas subsidiárias esperam impacto significativo em seu patrimônio líquido devido à natureza sem garantia de seus empréstimos e recebíveis, mas precisará realizar uma análise mais detalhada que considere todas as informações cabíveis e evidenciáveis, inclusive elementos prospectivos para determinar a extensão do impacto.

- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia e suas subsidiárias planejam adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral. No decorrer de 2016, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliação preliminar da IFRS 15, a qual está sujeita a mudanças em razão de análises mais detalhadas em andamento.

- Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014

Essas alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, incluindo as seguintes:

### *IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas*

Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio da venda ou distribuição a titulares. A alteração esclarece que mudar de um desses métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Portanto, não há interrupção da aplicação das exigências da IFRS 5. Essa alteração deve ser aplicada prospectivamente.

## **Cavo Serviços e Saneamento S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### *IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações*

#### Contratos de serviço

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza dessa taxa e o acordo em comparação com a orientação para envolvimento contínuo na IFRS 7, a fim de avaliar se as divulgações são exigidas. A avaliação de quais contratos de serviço constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. Contudo, as divulgações exigidas não precisariam ser fornecidas para qualquer período iniciado antes do período anual em que a entidade aplicar pela primeira vez as alterações.

#### Aplicabilidade das alterações na IFRS 7 para demonstrações financeiras intermediárias condensadas

A alteração esclarece que as exigências de divulgação de compensação não se aplicam a demonstrações financeiras intermediárias condensadas, a não ser que essas divulgações forneçam uma atualização significativa às informações reportadas no relatório anual mais recente. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

- IAS 19 - Benefícios aos Empregados

A alteração esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados alta qualidade é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

### **3. Gestão de capital e risco financeiro**

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A dívida líquida compreende os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, deduzidos pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa e mais aplicações em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos no exercício com relação aos descritos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015. Os indicadores estão demonstrados a seguir:

	2016	2015 (Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	379	3.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(21.123)	(12.717)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(20.834)</b>	<b>(9.040)</b>
Patrimônio líquido	1.097.097	728.703
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>1.076.263</b>	<b>719.663</b>
Índice de alavancagem financeira - %	-1,9%	-1,3%

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015 (Reapresentado)
Caixa	24	26
Bancos	1.120	10.910
CDB (a)	20.069	1.781
<b>Total</b>	<b>21.213</b>	<b>12.717</b>

As aplicações mantidas são em sua maioria de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) compromissadas com rendimento atrelado substancialmente à variação de 90,0% a 102,0% do CDI com liquidez imediata.

### 5. Contas a receber de clientes

	2016	2015 (Reapresentado)
Faturas a receber	223.853	205.734
Serviços a faturar	40.831	32.655
<b>Contas a receber por serviços prestados</b>	<b>264.684</b>	<b>238.389</b>
( - ) Ajuste a valor presente	-	(1.670)
( - ) Provisão para devedores duvidosos	(39.887)	(26.480)
<b>Total</b>	<b>224.797</b>	<b>210.239</b>
<b>Circulante</b>	<b>219.095</b>	<b>205.421</b>
<b>Não circulante</b>	<b>5.702</b>	<b>4.818</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação das contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2016	2015 (Reapresentado)
A faturar	40.831	32.655
A vencer	95.697	108.154
Vencidas Até 30 dias	37.929	19.647
Vencidas de 31 a 60 Dias	26.094	18.469
Vencidas de 61 a 90 Dias	18.601	16.628
Vencidas de 91 a 180 Dias	35.764	29.213
Vencidas de 181 a 360 Dias	4.837	2.192
Vencidas Acima de 360 Dias	4.931	11.431
<b>Total</b>	<b>264.684</b>	<b>238.389</b>

A taxa utilizada para o cálculo do desconto a valor presente para os períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 14,30% a.a. e 17,80%, respectivamente.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2016	2015 (Reapresentado)
Saldo inicial	(26.480)	(17.369)
Complemento de provisão	(72.216)	(47.625)
Reversão da provisão	58.809	38.514
<b>Saldo final</b>	<b>(39.887)</b>	<b>(26.480)</b>

## 6. Impostos a recuperar

	2016	2015 (Reapresentado)
Contribuição social sobre lucro líquido	1.394	3.878
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	8.996	5.905
PIS/COFINS/Contribuição social	1.119	2.445
Imposto de renda retido na fonte	-	2.203
Imposto de renda pessoa jurídica	15.877	-
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo (a)	1.998	-
Outros	4.791	13.244
<b>Total</b>	<b>34.175</b>	<b>27.675</b>
<b>Circulante</b>	<b>34.175</b>	<b>25.483</b>
<b>Não circulante</b>		<b>2.192</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia reavaliou suas operações que dão direito a créditos extemporâneos de PIS/COFINS, de acordo com a legislação vigente, e apurou o montante de R\$ 8.767 e R\$10.582 nos anos de 2016 e 2015 (vide Nota 21).

### 7. Partes relacionadas

#### Operações de mútuos e reembolso de despesas

As operações de mútuos com partes relacionadas são decorrentes de necessidades pontuais de caixa, as quais não estão sujeitas a encargos financeiros e não possuem prazo de vencimento determinado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de mútuos com partes relacionadas eram os seguintes:

<u>Ativo</u>	2016	2015 (Reapresentado)
CTR Itaboraí Ltda.	-	320
Estação Ecologia S.A	29	29
CGR Guatapará Ltda.	-	1.734
Estre Ambiental S.A.	460.107	417.473
NGA - Núcleo de Ger. Ambiental	-	20
Geo Vision Gestão Ambiental	-	3.252
D.M.T.S.P.E S.A.	12	12
Pilares Participações Ltda.	19.141	34.402
Viva Ambiental e Serviços S.A.	2.739	-
Reciclax Rec. Resíduos Const. Ltda.	90	60
Tahaa Transportes Ltda.	-	1.019
Estre Aterros e Valorizações Holding S/A	1.650	-
Estre Spi Ambiental S/A	390	-
Estre Agua & Solo Ltda	75	-
Lmg Participações	1.109	-
NGA Gerenciamento Ambiental – Jardinópolis	-	65
Ambiental Sul	377	69
<b>Total</b>	<b>485.719</b>	<b>458.455</b>

<u>Passivo</u>	2016	2015 (Reapresentado)
Resicontrol Soluções Ambientais S.A.	-	166
Oxil Manufatura Reversa Ltda.	-	155
Estre SPI Ambiental S.A.	-	26.560
Consortio Soma	23.073	20.200
Viva Ambiental e Serviços S.A.	-	2.960
Reciclax Rec. Resíduos Const. C Ltda.	-	-
V2 Ambiental SPE Ltda.	-	1.068
P.N.A.S.P.E	-	10.635
NGA Ger. Amb. - Rib. Preto	-	850
NGA Ger. Amb. - Jardinópolis	-	-
<b>Total</b>	<b>23.073</b>	<b>62.594</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Outras operações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações em condições específicas com partes relacionadas as quais foram realizadas em condições e prazo definido entre as partes considerando os tipos de transação. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em transações com terceiros.

Receitas e saldos a receber de partes relacionadas por serviços prestados de gestão de resíduos, incluídos respectivamente nas rubricas de receita de serviços prestados e contas a receber são demonstrados a seguir:

	Receitas		Contas a receber	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)
Resicontrol Soluções Ambientais S.A.	486	232	634	148
CTR Itaboraí Ltda.	18	21	16	7
Oxil Manufatura Reversa Ltda.	3	28	4	2
Estre Ambiental S.A	2.534	2.570	8.649	6.571
Geo Vision Gestão Ambiental Ltda.	24	13	37	13
Estre SPI Ambiental S.A	-	-	151	151
Consortio Soma	3.520	3.017	5.702	6.489
Viva Ambiental e Serviços S.A	144	23	167	23
CGR Catanduva Centro Ger Resíduos Ltda.	507	-	507	-
Ambiental Sul	11	-	5	-
<b>Total</b>	<b>7.247</b>	<b>5.904</b>	<b>15.872</b>	<b>13.404</b>

Custos e contas a pagar às partes relacionadas por serviços prestados de gestão de resíduos, incluídos respectivamente nas rubricas de custos dos serviços prestados e fornecedores estão demonstrados a seguir:

	Custos		Fornecedores	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)
Resicontrol Soluções Ambientais S.A.	276	1.001	7	197
Terrestre Ambiental Ltda.	37	5	-	5
Geo Vision Gestão Ambiental Ltda.	-	19	-	38
Consortio Soma	332	418	471	139
Viva Ambiental e Serviços S.A.	-	47	-	159
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	179	-	53	-
Tahaa Transportes Ltda.	-	-	-	1.278
	<b>824</b>	<b>1.490</b>	<b>531</b>	<b>1.816</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Reapresentado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Rateio de despesas corporativo

A Estre Ambiental S.A. no decorrer do exercício de 2015 firmou contrato e procedeu com rateios de despesas administrativas com a Companhia e suas demais controladas para estabelecerem em comum a administração de seus negócios, sendo rateado mensalmente o custo administrativo comum através dos percentuais obtidos com base no volume de receita das entidades. No exercício de 2016 e 2015 a Companhia absorveu R\$31.764 e R\$41.675 de despesas rateadas, oriundas da Estre.

## 8. Investimentos

Os investimentos estão classificados conforme o quadro a seguir:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)
Investimento em controladas e controladas em conjunto	504.003	312.283
Ágio na aquisição de investimentos	23.988	13.719
<b>Investimentos</b>	<b>527.991</b>	<b>326.002</b>

Demonstramos a seguir o percentual (%) de participação da Companhia no capital das controladas e controladas em conjunto e as principais informações em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)					31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)						
	% Partic.	Ativo	Passivo	PL	Rec. Líq.	Lucro/ (Prej.) líquido	% Partic.	Ativo	Passivo	PL	Rec. Líq.	Lucro/ (Prej.) líquido
<b>Sociedades Controladas</b>												
Resicontrol Soluções Ambientais S.A	0,00%	-	-	-	-	-	0,00%	-	-	-	48.035	11.764
Pilares Participações Ltda.	100,00%	291.421	100.657	190.764	-	17.131	100,00%	337.278	163.645	173.633	-	(3.445)
RSS Holding S.A	59,43%	296.051	34.313	261.738	-	(7.124)	49,62%	289.639	20.777	268.862	-	1.124
Estre Valorização Holding S.A	0,00%	-	-	-	-	-	100,00%	171	-	171	-	1
Estre Coleta Holding S.A.	100,00%	152.243	3.011	149.232	-	980	-	-	-	-	-	-
CGR - Centro de Ger. de Resíduos Feira de Santana S.A.	100,00%	4.353	1.015	3.338	-	(19)	-	-	-	-	-	-
<b>Sociedades controladas em conjunto</b>												
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A – UTR	54,00%	16.472	4.173	12.299	25.346	7.729	54,00%	14.198	4.828	9.370	28.134	8.562

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pode ser assim apresentada:

Investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)		Equivalência Patrimonial	Dividendos	Reestruturação societária	Aporte de Capital	Aumento de Capital	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2016
	307.223	13.867							
<b>Sociedades Controladas</b>									
Estre Coleta Holding S.A	-	980	-	-	-	25.854	122.398	-	149.232
CGE Feira de Santana	-	(10)	-	-	-	-	1.714	106	1.810
Pilares Participações Ltda.	173.633	17.131	-	-	-	-	-	-	190.764
RSS Holding S.A.	133.420	(4.234)	-	-	-	-	26.294	76	155.556
Estre Valorização Holding S.A.	170	-	-	-	(170)	-	-	-	-
<b>Sociedades Controladas em conjunto</b>	<b>307.223</b>	<b>13.867</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(170)</b>	<b>25.854</b>	<b>150.406</b>	<b>182</b>	<b>497.362</b>
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A - UTR	5.060	4.174	(2.592)	-	-	-	-	(1)	6.641
Ágio sobre investimento	13.719	12.684	-	(2.415)	-	-	-	-	23.988
	<b>326.002</b>	<b>30.725</b>	<b>(2.592)</b>	<b>(2.585)</b>	<b>25.854</b>	<b>150.406</b>	<b>181</b>		<b>527.991</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pode ser assim apresentada:

<u>Investimentos</u>	Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Reestruturação societária	Outros	Saldos em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)
<b>Sociedades Controladas</b>						
Resicontrol Soluções Ambientais S.A.	56.330	(993)	-	(55.337)	-	-
Pilares Participações Ltda.	170.274	(3.445)	-	-	6.804	173.633
RSS Holding S.A.	-	558	-	129.418	3.444	133.420
Estre Valorização Holding S.A.	-	-	-	170	-	170
	226.604	(3.880)	-	74.251	10.248	307.223
<b>Sociedades Controladas em conjunto</b>						
Unidade de Tratamento de Resíduos S.A - UTR	6.474	4.623	(6.037)	-	-	5.060
Agio sobre investimento	71.299	(3.972)	-	(53.608)	-	13.719
	<b>304.377</b>	<b>(3.229)</b>	<b>(6.037)</b>	<b>20.643</b>	<b>10.248</b>	<b>326.002</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

	Taxa média ponderada a.a. %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2016	2015 (Reapresentado)
Edificações e instalações	2,32	14.312	(5.578)	8.734	7.235
Terrenos	-	2.484	-	2.484	4.949
Equipamentos operacionais	4,46	22.992	(14.499)	8.493	5.469
Móveis e utensílios	5,49	2.450	(1.406)	1.044	901
Computadores e periféricos	5,53	2.363	(1.915)	448	451
Veículos	9,27	61.555	(55.242)	6.313	10.599
Outras imobilizações	6,41	94	(64)	30	42
<b>Total</b>		<b>106.250</b>	<b>(78.704)</b>	<b>27.546</b>	<b>29.646</b>

#### Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados das controladas são garantidos por meio de aval da Companhia. Estão sujeitos à garantia adicional, os financiamentos de projetos através de fiança bancária e os financiamentos de máquinas e equipamentos através de alienação fiduciária dos bens e arrendamentos mercantis financeiros.

#### Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício apresentado, com base na estimativa da vida útil revisada dos bens, de acordo com o laudo técnico de avaliação elaborada internamente.

#### Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (teste de *impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e para o valor contábil líquido que exceder o valor recuperável é constituída provisão de *impairment* ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia efetuou os testes de redução ao valor recuperável e não identificou perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, pode ser assim apresentada:

<u>Custo</u>	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferência	Reorganização societária	31 de dezembro de 2016
Edificações	11.705	1.964	(3.261)	3.904	-	14.312
Equipamentos operacionais	23.260	1.534	(1.336)	(466)	-	22.992
Móveis e utensílios	2.170	269	(567)	578	-	2.450
Computadores e periféricos	2.209	143	-	11	-	2.363
Veículos	77.158	-	(15.603)	-	-	61.555
Outras imobilizações	94	-	6	(6)	-	94
Adiantamento a fornecedores	-	147	(147)	-	-	-
Terrenos	4.949	-	(2.465)	-	-	2.484
Imobilizado em andamento	-	3.423	-	(3.423)	-	-
<b>Total do custo</b>	<b>121.545</b>	<b>7.480</b>	<b>(23.373)</b>	<b>598</b>	-	<b>106.250</b>
<u>Depreciação</u>						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edificações	(4.470)	(1.334)	226	-	-	(5.578)
Equipamentos operacionais	(17.791)	(2.038)	5.928	(598)	-	(14.499)
Móveis e utensílios	(1.269)	(175)	38	-	-	(1.406)
Computadores e periféricos	(1.758)	(208)	51	-	-	(1.915)
Veículos	(66.559)	(7.057)	18.374	-	-	(55.242)
Outras imobilizações	(52)	(14)	2	-	-	(64)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(91.899)</b>	<b>(10.826)</b>	<b>24.619</b>	<b>(598)</b>	-	<b>(78.704)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>29.646</b>	<b>(3.346)</b>	<b>1.246</b>	-	-	<b>27.546</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado), pode ser assim apresentada:

<u>Custo</u>	31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	Adições	Baixas	Transferência	Reorganização societária	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)
Edificações	18.123	1.033	(7.516)	69	(4)	11.705
Equipamentos operacionais	31.576	158	(9.495)	1.131	(110)	23.260
Móveis e utensílios	1.800	284	-	94	(8)	2.170
Computadores e periféricos	2.100	59	-	50	-	2.209
Veículos	77.032	-	(17)	541	(398)	77.158
Outras imobilizações	94	-	-	-	-	94
Adiantamento a fornecedores	-	-	(14)	14	-	-
Terrenos	24.860	-	(2.470)	476	(17.917)	4.949
Imobilizado em andamento	-	2.375	-	(2.375)	-	-
<b>Total do custo</b>	<b>155.585</b>	<b>3.909</b>	<b>(19.512)</b>	<b>-</b>	<b>(18.437)</b>	<b>121.545</b>
<u>Depreciação</u>						
Terrenos	-	(2.369)	2.369	-	-	-
Edificações	(4.850)	(822)	1.202	-	-	(4.470)
Equipamentos operacionais	(16.692)	(1.107)	-	-	8	(17.791)
Móveis e utensílios	(1.143)	(126)	-	-	-	(1.269)
Computadores e periféricos	(1.536)	(223)	1	-	-	(1.758)
Veículos	(60.251)	(6.459)	151	-	-	(66.559)
Outras imobilizações	(41)	(11)	-	-	-	(52)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(84.513)</b>	<b>(11.117)</b>	<b>3.723</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>(91.899)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>71.072</b>	<b>(7.208)</b>	<b>(15.789)</b>	<b>-</b>	<b>(18.429)</b>	<b>29.646</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Intangível

A composição do Intangível em 31 de dezembro de 2016 e 2015 era apresentada da seguinte forma:

	Vida útil (média em meses)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
				2016	2015 (Reapresentado)
Softwares	60	700	(197)	503	355
<b>Total</b>		<b>700</b>	<b>(197)</b>	<b>503</b>	<b>355</b>

A movimentação do intangível nos períodos de 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser assim apresentada:

	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	Adições	31 de dezembro de 2016
<b>Custo</b>			
Softwares	466	234	700
<b>Total do Custo</b>	<b>466</b>	<b>234</b>	<b>700</b>
<b>Amortização</b>			
(-) Softwares	(111)	(86)	(197)
<b>Total da amortização</b>	<b>(111)</b>	<b>(86)</b>	<b>(197)</b>
<b>Total da Intangível Líquido</b>	<b>355</b>	<b>148</b>	<b>503</b>

	31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	Adições	31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)
<b>Custo</b>			
Softwares	451	15	466
<b>Total do Custo</b>	<b>451</b>	<b>15</b>	<b>466</b>
<b>Amortização</b>			
(-) Softwares	(26)	(85)	(111)
<b>Total da amortização</b>	<b>(26)</b>	<b>(85)</b>	<b>(111)</b>
<b>Total da Intangível Líquido</b>	<b>425</b>	<b>70</b>	<b>355</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (teste de impairment)

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios foi alocado às respectivas unidades geradoras de caixa (UGC) como a seguir demonstrado:

UGC	Data-base	Período projetivo	Taxa de desconto	Ativos da UGC	Ágio	Valor contábil da UGC	Valor em uso
		01/01/2017 a					
Resicontrol	30/12/2016	31/12/2021	14,30%	92.495	87.6389	180.584	196.631

O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

- Período: 30 de setembro de 2016 a 30 de setembro de 2021.
- Moeda: em moeda constante e em reais (R\$).
- Impostos diretos: foram considerados os impostos sobre a receita bruta cabíveis à operação da Empresa.
- As projeções financeiras estão apresentadas em termos nominais, ou seja, consideram a inflação estimada ao longo do período de projeção.
- Taxa de desconto: foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01.
- Projeções: a base utilizada nas projeções foi o planejamento orçamentário de dezembro de 2016 a 2021.

Como resultado do teste de *impairment*, nenhuma das unidades geradoras de caixa da Companhia demonstrou perda na realização de seus ativos, exceto pela Resicontrol que foi identificado *impairment* R\$20.627 em 2014. Nos anos de 2015 e 2016 nenhum ajuste foi identificado.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Informações		2016	2015 (Reapresentado)	
	adicionais	Encargos ao ano			
BNDES	FINAME	(a)	TJLP + 3,9% a 5,5%	94	630
	FINAME	(a)	TJLP + 1,40% a 11%	-	714
	FINAME	(a)	TJLP + 2,5% a 4,6	285	2.333
<b>Total de Empréstimos e financiamentos</b>			<b>379</b>	<b>3.677</b>	
Circulante			<b>379</b>	<b>3.302</b>	
Não Circulante			-	<b>375</b>	

- a) Financiamentos para investimentos em infraestrutura e implantação de novas unidades de tratamento de resíduos e renovação de frota. As garantias são o aval da Companhia e de seu acionista e os próprios bens adquiridos; e
- b) O cronograma anual de vencimentos de empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$375 que possui vencimento em até 31 de dezembro de 2017.
- c) Movimentação dos empréstimos

	2016	2015 (Reapresentado)
( = ) Saldo inicial	3.677	18.113
( + ) Captações	-	-
( - ) Pagamento de principal	(3.259)	(13.854)
( - ) Pagamento de juros	(119)	(3.114)
( + ) Apropriação de juros	80	2.532
( = ) <b>Saldo final</b>	<b>379</b>	<b>3.677</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Obrigações trabalhistas

	2016	2015 (Reapresentado)
Salários	9.071	10.565
Bônus e participações no resultado a pagar	9.015	4.422
Encargos sociais		
FGTS	1.981	1.658
INSS	1.660	1.083
IRRF	379	336
Contribuições diversas	325	394
Provisões de férias e encargos	30.486	25.284
<b>Total</b>	<b>52.917</b>	<b>43.742</b>

### 13. Obrigações tributárias

	2016	2015 (Reapresentado)
PIS	10.312	6.317
COFINS	47.492	29.096
ISS	3.970	3.444
ISS retido a recolher	41	646
IRPJ	27.804	40.550
CSLL	15.060	16.467
PIS/COFINS/CSLL a recolher	66	328
Parcelamento de tributos federais (a)	71.671	35.528
Parcelamento Lei 12.996/14 Refis Copa (b)	57.941	55.575
IR retido na fonte	45	143
INSS retido na fonte	51	678
Demais tributos	15	13
<b>Total</b>	<b>234.468</b>	<b>188.785</b>
<b>Circulante</b>	<b>111.245</b>	<b>96.024</b>
<b>Não circulante</b>	<b>123.223</b>	<b>92.761</b>

- a) Refere-se a parcelamentos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, deferidos para pagamento de 30 a 60 parcelas, sujeitos à atualização pela taxa SELIC; e
- b) Em agosto de 2014 com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 (“REFIS da Copa”) que possibilitou a inclusão de novos débitos no REFIS, a Companhia e suas investidas, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, aderiu os saldos de impostos em atrasos no REFIS da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015 (Reapresentado)
Multa e juros Selic	55.612	55.612
Redução por anistia de juros, multas e encargos legais	17.452	17.452
Amortizações por antecipações	(8.241)	(8.241)
Pagamento de parcelas	(12.922)	(12.922)
Atualização SELIC	(6.539)	(4.263)
Saldo a parcelar	12.579	7.937
	<b>57.941</b>	<b>55.575</b>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas com vencimento a partir de 2016 foram atualizadas com 1% de juros Selic a.m. e possuem o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	2016
2017	3.973
2018	3.973
2019	3.973
2020 em diante	46.022
<b>Total</b>	<b>57.941</b>

A Companhia efetuou a adesão, recolhimento e as antecipações exigidas no programa de parcelamento REFIS da Copa de todos os débitos vencidos até 31/12/2013 em 180 parcelas. Em 8 de setembro de 2015, iniciou o prazo para a consolidação de débitos não Previdenciários do parcelamento do REFIS da Copa com o qual a Companhia consolidou todos os seus débitos eletronicamente no sítio da Receita Federal do Brasil (RFB), exceto para os débitos referente às antecipações de IRPJ e CSLL que foram consolidados manualmente através de formulários específicos.

### 14. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na avaliação da Administração e nas opiniões de consultores legais da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável, conforme demonstramos a seguir:

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	2016	2015 (Reapresentado)
Processo trabalhista (a)	25.165	19.897
Processo tributário (b)	41.260	26.268
Processos cíveis	550	315
<b>Total</b>	<b>66.975</b>	<b>46.480</b>

- a) Consistem, principalmente, em reclamações de ex-colaboradores relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante; e
- b) A Companhia efetuou a provisão para riscos tributários sobre a incidência de impostos, os principais referem-se a Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Imposto Nacional sobre Seguro Social (INSS).

A Companhia possui os seguintes passivos contingentes com valores relativos a processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

Natureza	2016	2015 (Reapresentado)
Processo trabalhista (a)	3.108	5.021
Processo cível	365	399
<b>Total</b>	<b>3.473</b>	<b>5.420</b>

- a) Referem-se, substancialmente, aos processos judiciais trabalhistas decorrentes de reclamações de funcionários e terceiros, responsabilidade subsidiária, adicional de insalubridade e pagamento de adicional de periculosidade.

As declarações de imposto de renda da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e à aprovação final pelas autoridades fiscais.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões para demandas judiciais é como segue:

	Processo trabalhista	Processo tributário	Processos cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014 (Não auditado)	18.768	8.203	279	27.250
Provisões constituídas	14.173	25.405	286	39.864
Reversões/realizações	(13.044)	(7.340)	(250)	(20.634)
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	19.897	26.268	315	46.480
Provisões constituídas	8.785	14.992	274	24.051
Reversões/realizações	(3.517)	-	(39)	(3.556)
Saldo em 31/12/2016	25.165	41.260	550	66.975

## 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital da Companhia era representado por 642.947.162 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas no valor total de R\$642.947 (R\$450.621 em 31 de dezembro de 2015), em 01 de junho de 2016 o montante de R\$9.897 foi integralizado.

### 15.2. Reserva de capital

Em 28 de dezembro de 2012, a Estre Ambiental S.A. controladora da Companhia aportou R\$100.000, mediante a emissão de 10.000.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$1 (Um Real), por ação ordinária. Os acionistas aprovaram que o valor de R\$9 (Nove Reais) por ação seria destinado para a conta de reserva de capital, totalizando o montante de R\$90.000.

### 15.3. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Estre Ambiental S.A. repassou à Companhia um adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") no valor de R\$113.295 mediante a emissão de 113.295.145 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (Um Real) por ação, em parcela única, de acordo com a disponibilidade e critério do grupo na data 31 de dezembro de 2016.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15.4. Destinação do lucro líquido

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e a Lei nº 11.637/07), o lucro líquido do exercício disponível, após a compensação dos prejuízos acumulados e após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios, não pagos porque serão utilizados para aumento de capital social da Companhia.

### 16. Imposto sobre renda e contribuição social

#### 16.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

	2016	2015 (Reapresentado)
Lucro/ Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	107.541	39.827
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de impostos de renda e contribuição social	(36.564)	(13.541)
<i>Efeito de impostos sobre:</i>		
Equivalência patrimonial	10.797	253
Diferenças permanentes - despesas não dedutíveis – doações	(181)	(2)
Diferenças permanentes - despesas não dedutíveis - outros	(87.961)	4.621
Diferenças temporárias - não reconhecidas	74.841	(8.626)
Incentivos Fiscais	1.094	219
IRPJ e CSLL diferidos sobre outras diferenças temporárias	18.856	(4.885)
<b>Total</b>	<b>(19.118)</b>	<b>(21.961)</b>
<b>Corrente</b>	<b>(37.974)</b>	<b>(17.076)</b>
<b>Diferido</b>	<b>18.856</b>	<b>(4.885)</b>

	Controladora	
	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Cálculo efetivo das alíquotas de imposto</b>		
Lucro antes da tributação	107.542	39.827
Imposto de renda e contribuição social	19.118	21.961
<b>Alíquota efetiva do imposto de renda</b>	<b>17,78%</b>	<b>55,14%</b>

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em maio de 2014, essa medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a MP, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não optou pela antecipação de seus efeitos, conforme manifestado na declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF).

### 16.2. Impostos diferidos

#### Ativo

	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Efeito de IR/CS sobre:</b>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.566	9.571
Outras provisões temporariamente indedutíveis		
Provisões diversas	6.212	1.504
Provisão para distribuição de lucros - PLR	3.065	4.292
Processos trabalhistas, cíveis e tributários	22.771	11.511
Constituição de ativo diferido (PRT) (b)	109.702	-
<b>Total do ativo</b>	<b>155.316</b>	<b>26.878</b>

#### Passivos

	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Efeito de IR/CS sobre:</b>		
Mais-valia de ativos imobilizados	-	2.141
Lucro auferido com entidades governamentais (a)	10.561	10.681
<b>Total</b>	<b>10.561</b>	<b>12.822</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O valor refere-se ao diferimento do lucro até sua realização. De acordo com a legislação vigente, poderá ser excluído da apuração, parcela do lucro proporcional a receita considerada no resultado e não recebido até a data do balanço.
- (b) Em 4 de janeiro de 2017 foi publicada a MP 766 que instituiu o Programa de Regularização Fiscal ("PRT"). Em 31 de janeiro de 2017 a RFB através da IN 1.687 regulamentou o programa para os débitos existentes no âmbito da RFB e em 02 de fevereiro de 2017 foi publicada a Portaria nº 152/2017 que regulamentou os débitos existentes no âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN"). A IN 1.687 permite a quitação de débitos federais, na forma do PRT, de natureza tributária ou não, vencidos até 30 de novembro de 2016 e utilização e transferência de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL para controladas diretas e/ou indiretas, declaradas até 31 de dezembro de 2015.

A companhia periodicamente realiza o ativo fiscal diferido reconhecendo à medida que se torna provável que em exercícios futuros se torne realizável. Com o advento da MP 766 e IN 1.687 em seu art. 2º, que permite o pagamento em espécie mínimo de 24% da dívida e o restante com utilização de prejuízo fiscal e base cálculo negativa da CSLL a Companhia e suas controladas registraram um ativo fiscal diferido circulante suficiente para a quitação de tais débitos, visto que a adesão ao programa de parcelamento no âmbito da RFB se dará até 31/05/2017.

A movimentação das contas do resultado de imposto de renda diferido são:

	2015	Adição	Baixa	2016	Reorganização Societária	Ativo Diferido (PRT) (b)	Impacto resultado
IR diferido ativo	26.878	128.438	-	155.516	-	(109.702)	18.736
IR diferido passivo	(12.822)	-	2.261	(10.561)	2.141	-	120
<b>Efeito no resultado diferido</b>							<b>18.856</b>

	2014	Adição	Baixa	2015	Reorganização Societária	Impacto resultado
IR diferido ativo	32.313	-	(5.435)	26.878	-	(5.435)
IR diferido passivo	(16.954)	-	4.132	(12.822)	(3.582)	550
<b>Efeito no resultado diferido</b>						<b>(4.885)</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Receita de prestação de serviços

	2016	2015 (Reapresentado)
Receita bruta de serviços	869.602	756.036
(-) Descontos e cancelamentos	(22.686)	(1.718)
(-) Impostos incidentes – PIS	(13.869)	(12.343)
(-) Impostos incidentes – COFINS	(63.880)	(56.855)
(-) Impostos incidentes – ICMS	-	-
(-) Impostos incidentes – ISSQN	(40.994)	(36.692)
<b>Total das receitas de prestação de serviços</b>	<b>728.173</b>	<b>648.428</b>

### 18. Custos dos serviços prestados

	2016	2015 (Reapresentado)
Salário, encargos e benefícios	(384.386)	(333.446)
Tratamento e destinação de chorume	-	(38)
Combustível/lubrificante	(22.929)	(21.046)
Transportes	(323)	(1.940)
Locação de máquinas e equipamentos	(21.961)	(16.582)
Tratamento de resíduos	(15.503)	(10.948)
Materiais para operação dos aterros	(6.563)	(5.260)
Assessoria técnica	(2.300)	(2.622)
Depreciação, amortização e exaustão	(9.673)	(10.349)
Análise e monitoramento	(1.588)	(1.489)
Locação de imóveis e veículos	(7.802)	(11.659)
Viagens e estadias	(2.758)	(1.856)
Manutenção de equipamentos	(13.573)	(9.565)
Manutenção de aterro	(27)	(212)
Materiais p/ coleta e varrição de vias e praça	(8.542)	(12.628)
Limpeza e Manutenção de vias e praças	(19.048)	(20.898)
Outros	(13.422)	(14.126)
<b>Total dos custos</b>	<b>(530.398)</b>	<b>(474.664)</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015 (Reapresentado)
Salário, encargos e benefícios	(32.802)	(42.215)
Transportes	(200)	(455)
Consultoria	(8.295)	(7.499)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.153)	(853)
Locação de imóveis, equipamentos e veículos	(3.180)	(4.483)
Assessoria jurídica	(8.183)	(7.148)
Viagens e estadias	(1.612)	(1.571)
Manutenção de equipamentos	(997)	(573)
Manutenção de sistemas	(478)	(321)
Provisão para demandas judiciais	(20.495)	(21.026)
Material de consumo	(2.645)	(1.856)
Serviço de terceiro	(3.156)	(5.518)
Outros	(8.846)	(9.603)
<b>Total das despesas gerais e administrativas</b>	<b>(92.042)</b>	<b>(103.121)</b>

### 20. Despesas comerciais

	2016	2015 (Reapresentado)
Despesas com propaganda e publicidade	(2.265)	(1.528)
Despesas com provisão de crédito de liquidação duvidosa	(13.197)	(9.111)
	<b>(15.672)</b>	<b>(10.639)</b>

### 21. Outras receitas (despesas) operacionais

	2016	2015 (Reapresentado)
Aluguel de equipamentos e garagem para consórcio	-	3.017
Doações	(533)	-
Ganho na venda de Ativo Imobilizado	430	-
Créditos tributários do ativo imobilizado (Nota 6)	8.101	10.582
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.603)	11.305
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>24.904</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Despesas e receitas financeiras, líquidas

	2016	2015 (Reapresentado)
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	(80)	(2.533)
Descontos concedidos	(11.349)	(11.050)
Juros por atraso em pagamento de fornecedores	(2.330)	(2.186)
Juros por atraso em pagamento de impostos	(23.890)	(31.776)
Outras despesas financeiras	(243)	(365)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(37.892)</b>	<b>(47.910)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	6.767	1.182
Rendimento de aplicação financeira	3.424	1.431
Receitas financeiras (ajuste a valor presente)	1.695	3.445
Variações monetárias impostos a recuperar (a)	12.366	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>24.252</b>	<b>6.058</b>
<b>Total da despesa financeira líquida</b>	<b>(13.640)</b>	<b>(41.852)</b>

(a) Atualização monetária de saldo negativo IR/CS e INSS retido

### 23. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a aplicações financeiras, contratos com clientes, empréstimos, financiamentos, contratos de aquisição de ações de própria emissão e derivativos, todos em condições normais de mercado.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Contas a receber

Representado pela possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia e suas controladas em relação a esse risco. Como característica da indústria de atuação, o risco de crédito é reduzido pelo fato de suas faturas serem emitidas somente após aprovação formal pelo cliente da receita executada.

O saldo a receber de clientes é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes, adotando medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

#### ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, contas a pagar por aquisição de investimentos, empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros e seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA de 11,05% para CDI e 5% para TJLP. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados em 2016:

Controladora	Exposição	Risco	Cenários					
			I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
<b>Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos								
Finame	(379)	Variação do TJLP	(19)	(24)	(29)	(14)	(10)	

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos e obrigações relacionadas a passivos financeiros (que são liquidadas em caixa ou outro ativo financeiro) em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de tesouraria, sendo que os objetivos de gestão desse mesmo caixa pela Companhia possuem as seguintes prioridades:

- (i) Preservar o valor do capital investido;
- (ii) Manter um nível de liquidez adequado aos compromissos assumidos, e;
- (iii) Obter um retorno adequado da carteira de investimentos.

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está demonstrada a seguir:

	2016				2015 (Reapresentado)			
	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
<u>Passivos financeiros</u>								
Empréstimos e financiamentos	379	-	-	-	3.302	375	-	-
Fornecedores	26.183	-	-	-	20.586	-	-	-
Obrigações trabalhistas	52.917	-	-	-	43.742	-	-	-
Obrigações tributárias	111.245	123.223	-	-	101.998	92.761	-	-

### iv) Valor justo

Os valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

O valor justo das contas a receber e dos créditos/débitos com partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil, em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e justos dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são como segue:

Controladora	Categoria	2016		2015 (Reapresentado)	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	21.213	21.213	12.717	12.717
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	224.797	224.797	210.239	210.239
Créditos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	485.719	485.719	458.455	458.455
		<b>731.729</b>	<b>731.729</b>	<b>681.411</b>	<b>681.411</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos	379	379	3.677	3.677
Fornecedores	Empréstimos	26.183	26.183	20.586	20.586
Débito com partes relacionadas	Empréstimos	23.073	23.073	62.594	62.594
		<b>49.635</b>	<b>49.635</b>	<b>86.857</b>	<b>86.857</b>

### 24. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro demonstrada a seguir:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)
	Responsabilidade civil - danos morais e riscos contingentes, Incêndio, raio, explosão (a)	4.881
Riscos diversos(b)	19.397	16.077
<b>Total</b>	<b>24.278</b>	<b>20.958</b>

- Durante o ano de 2015, a Companhia efetuou a análise das apólices de seguros e negociação com as empresas seguradoras e identificou a possibilidade de redução de coberturas e valores; e
- Em 2016, ocorreram novas aquisições de apólices de garantia em cumprimento decorrente a processos licitatórios.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e obras sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Consideramos que as coberturas são compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluía emissão de opinião sobre a eficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e suas investidas, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação está demonstrado no quadro a seguir:

	2016	2015 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	88.423	17.866
Média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas (ações/mil)	642.947	450.865
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>R\$ 0,1375</b>	<b>R\$0,0396</b>

### 26. Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, efetuou ajustes que foram identificados como resultado de melhorias no ambiente de controles internos no que se refere ao processo de estimativas da depreciação acumulada do ativo imobilizado.

Os efeitos contábeis resumidos estão apresentados nos quadros abaixo e refletem as reapresentações dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Conciliação entre os saldos anteriormente divulgados e os saldos reapresentados

- a) Balanço patrimonial ajustado em 01 de janeiro de 2015 (equivalente à reapresentação dos saldos divulgados em 31 de dezembro de 2014)

	Controladora						Patrimônio líquido
	Ativo			Passivo			
31 de dezembro de 2014	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Saldos anteriormente divulgados	236.478	725.709	962.187	139.960	171.497	311.457	650.730
Recálculo depreciação de bens (i)	-	8.191	8.191	-	-	-	8.191
Efeito nos investimentos	-	10.248	10.248	-	-	-	10.248
<b>Efeitos líquidos decorrentes da reapresentação dos saldos previamente divulgados</b>	<b>-</b>	<b>18.439</b>	<b>18.439</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.439</b>
<b>Saldos ajustados</b>	<b>236.478</b>	<b>744.148</b>	<b>980.626</b>	<b>139.960</b>	<b>171.497</b>	<b>311.457</b>	<b>669.169</b>

## Cavo Serviços e Saneamento S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (não auditado)  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### b) Balanço patrimonial ajustado em 31 de dezembro de 2015

	Controladora						Patrimônio líquido
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
<u>31 de dezembro de 2015</u>							
Saldos anteriormente divulgados	273.944	859.166	1.133.110	170.570	233.070	403.640	729.470
Recálculo depreciação de bens (i)	-	(886)	(886)	-	-	-	(886)
Efeitos tributários sobre os ajustes	-	(6.974)	(6.974)	(5.964)	-	(5.964)	(1.010)
Efeito nos investimentos	-	1.129	1.129	-	-	-	1.129
<b>Efeitos líquidos decorrentes da reapresentação dos saldos previamente divulgados</b>	<b>-</b>	<b>(6.731)</b>	<b>(6.731)</b>	<b>(5.964)</b>	<b>-</b>	<b>(5.964)</b>	<b>(767)</b>
<b>Saldos ajustados</b>	<b>273.944</b>	<b>852.435</b>	<b>1.126.379</b>	<b>164.606</b>	<b>233.070</b>	<b>397.676</b>	<b>728.703</b>

### a) Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (controladora e consolidado)

	31 de dezembro de 2015	
	Controladora	
<b>Lucro líquido previamente divulgado</b>		<b>37.065</b>
Recálculo depreciação de bens (i)		(9.070)
Efeitos tributários sobre os ajustes		(1.010)
Efeitos nos investimentos dos ajustes e recálculos de depreciação de bens		(9.119)
Efeitos líquidos decorrentes da reapresentação dos saldos previamente divulgados		(19.199)
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>17.866</b>

- (i) Após avaliação interna realizada pela Administração foram identificados como resultado de melhorias no ambiente de controles internos no que se refere ao processo de estimativas da depreciação acumulada do ativo imobilizado. Conforme determinado pelo CPC 23 (IAS8) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia efetuou ajustes retrospectivamente para apresentar suas demonstrações financeiras de forma comparativas.